

ALBIOMA ESPLANADA ENERGIA S.A.
CNPJ: 29.915.125/0001-23

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e acionistas da
Albioma Eplanada Energia S/A
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Eplanada Energia S/A, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 março de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP0237010-8
Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC SP 2629370/6

Balanco Patrimonial do exercício em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	2025		2024	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.032	2.467		
Contas a receber	5	12.198	16.835		
Partes relacionadas	12	7.436	2.021		
Estoques	6	3.775	1.980		
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos		947	626		
Tributos a recuperar		57	61		
		27.445	23.990		
Caixa Restrito	7	1.655	1.456		
Deposito judicial	9	1.763	1.640		
Imobilizado	10	57.692	57.928		
Intangível	10	4	32		
Direito de uso	10	3.785	4.727		
		64.902	65.783		
Total do ativo		92.347	89.773		
Passivo					
		2025	2024		
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	2.890	8.341		
Fornecedores	11	2.924	1.066		
Partes relacionadas	12	1.752	227		
Obrigações trabalhistas	14	1.496	1.084		
Dividendos a pagar	19,b	10.616	6.480		
Imposto de renda e contribuição social	15	949	917		
Impostos e contribuições a recolher	15	691	535		
Adiantamentos de clientes	16	3.285	28		
Passivos de arrendamento	17	2.471	2.139		
		27.064	20.817		
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	6.407	9.252		
Provisão de contingência	19	252	1.422		
Passivos de arrendamento	17	1.776	3.225		
Passivo de restituição		1.623	4.873		
		10.058	18.772		
Patrimônio Líquido					
Capital social	18	20.247	20.247		
Reserva legal		4.049	4.049		
Reserva de lucros		30.929	25.888		
		55.225	50.184		
Total do passivo e do patrimônio líquido		92.347	89.773		

Demonstração do Resultado Abrangente
Em milhares de reais (R\$)

	2025	2022
Lucro líquido do exercício	10.176	12.961
Total do resultado abrangente do exercício	10.176	12.961

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Subscrito	Reserva legal	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.247	4.049	26.507	12.961	50.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.176	10.176
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(6.480)	(6.480)
Dividendos (Nota 18)	-	-	(7.100)	-	(7.100)
Transferência entre reservas	-	-	6.481	(6.481)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.247	4.049	25.888	-	50.184
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.176	10.176
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(5.088)	(5.088)
Dividendos (Nota 18)	-	-	(47)	-	(47)
Transferência entre reservas	-	-	5.088	(5.088)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.247	4.049	30.929	-	55.225

Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional
A Albioma Eplanada Energia S.A. ("a Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassa de cana de açúcar.

A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advanced Tower, Jardim Paulista, sediada na Cidade do Estado do São Paulo.

A Companhia exportou na rede 84,9 GWh em 2025 (121,3 GWh em 2024). O volume de energia vendido em 2025 foi de 151,1 GWh (166,7 GWh em 2024). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Eplanada comprou energia no mercado por um volume de 66,2 GWh (45,4 GWh em 2024).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2026.

2 Apresentação das demonstrações financeiras
Declaração de conformidade
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2 Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
Novos requisitos de divulgação e mudanças nas políticas contábeis
Impactos do ambiente geopolítico e macroeconômico
Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as Companhias se envolvem em atividades econômicas transfronteiras. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, mudanças relevantes nas taxas de inflação e taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e alterações nas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. Mudanças nas taxas de inflação e taxas de juros podem afetar as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. Variações nas taxas de inflação e taxas de juros também podem causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.

Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE
Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras modelo do Pilar Dois, aplicáveis aos grupos de Companhias multinacionais com receitas anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro exercícios fiscais anteriores. Em um contexto maior de uma reforma da tributação corporativa internacional, as regras de Pilar Dois permitiu a cobrança de tributos complementares (top-up taxes) de grupos econômicos multinacionais que estejam dentro do escopo dessas regras e não alcançam uma alíquota efetiva mínima de 15% por jurisdição em que têm presença. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GLOBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GLOBE.

As regras de Pilar Dois devem ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que diversas jurisdições já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. No Brasil, foi aprovada a Lei no 15.079/2024 em dezembro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, instituindo o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Companhias multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GLOBE). O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra do Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação efetiva, no país, de no mínimo 15% sobre os lucros gerados por Companhias brasileiras que façam parte de grupos econômicos multinacionais. Em maio de 2023, foram realizadas alterações ao IAS 12 - Income Taxes (CPC 32), em conexão com a implementação das regras modelo do Pilar Dois da OCDE.

Assim, o IAS 12 estabeleceu uma isenção temporária e mandatória, sobre o reconhecimento de impostos diferidos sobre o lucro, decorrentes de alterações de legislações tributárias para implementação do Pilar Dois. As alterações ao IAS 12 ainda permanecem e trazem as seguintes divulgações requeridas nas DFs:

- o fato de a entidade ter aplicado a exceção temporária do IAS 12 relativa ao reconhecimento e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro do Pilar Dois;
- o valor da despesa com imposto corrente (se houver) relacionada a tributos sobre o lucro do modelo do Pilar Dois; e
- informações conhecidas, ou razoavelmente estimáveis, que possibilitem aos usuários das Demonstrações Financeiras o entendimento da exposição da entidade a tributos sobre o lucro decorrentes do modelo do Pilar Dois.

Observar que a isenção mandatória do IAS 12 não se aplica a mensuração ou reconhecimento de impostos correntes sobre o lucro, o qual deve ser avaliado conforme a Lei no 15.79/24 e IN RFB no 2.228/2024.

Reforma tributária
A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), instituído pelo Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir: Redução ao valor recuperável de ativos, Impostos indiretos acumulados a recuperar, Tributos diferidos sobre o lucro, Divulgações (estimativas e julgamentos críticos).

Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e devem ser analisados caso a caso.

Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25
Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRR) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das Companhias quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

Novas normas contábeis
Adoção antecipada do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
A Companhia adotou antecipadamente o IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, emitido pelo International Accounting Standards Board, com vigência original a partir de 1º de janeiro de 2027. O IFRS 18 substitui o IAS 1 e introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, de investimento e de financiamento, além da exigência de subtópicos obrigatórios, como o lucro operacional e o resultado antes do financiamento e impostos.

A adoção da norma foi realizada de forma retrospectiva, com a reapresentação das informações comparativas, quando aplicável.

Adicionalmente, a Companhia passou a divulgar medidas de desempenho gerencial (Management Performance Measures – MPMS), acompanhadas das respectivas conciliações com os subtópicos definidos pelas normas contábeis.

Os principais impactos da adoção do IFRS 18 estão relacionados à reclassificação de resultados na demonstração do resultado e ao aumento do nível de detalhamento, não havendo efeitos relevantes no líquido do patrimônio líquido da Companhia.

A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.

3 Fatores de risco financeiro
3.1 Risco de crédito

(a) Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.032	2.467
Caixa restrito	7	1.655	1.456

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2025		2024	
Receitas operacionais					
Receita de venda de energia	20	75.122	63.330		
(-) Tributos incidentes sobre a receita	20	(2.742)	(2.312)		
Lucro Bruto		72.380	61.018		
Despesas operacionais					
Custo do serviço prestado	21	(54.808)	(40.452)		
Despesas comerciais	22	(441)	(424)		
Despesas administrativas	23	(3.355)	(2.758)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro		13.776	17.515		
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	442	749		
Despesas financeiras	24	(458)	(804)		
Lucro antes de financiamento		13.760	17.460		
Despesa de juros de financiamento	13/24	(1.157)	(2.096)		
Resultado antes dos impostos		12.603	15.364		
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.427)	(2.403)		
Resultado líquido do exercício		10.176	12.961		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

	Notas	2025		2024	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.603	15.364		
Itens que não afetam o caixa operacional					
Depreciação e amortização	10	8.618	8.445		
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	1.343	2.324		
Provisão de contingência	18	(1.170)	1.422		
Encargos sobre arrendamentos	16	349	459		
		21.743	28.015		
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		4.637	4.989		
Tributos a recuperar		4	(7)		
Estoques		(1.795)	(341)		
Depósito judicial		(123)	(491)		
Adiantamento e despesas antecipadas		(314)	1.488		
Outros ativos		(159)	2.112		
Partes relacionadas		(3.880)	(1.507)		
Fornecedores		1.858	(210)		
Obrigações trabalhistas		412	342		
Adiantamentos de clientes		7	298		
Impostos e contribuições a recolher		156	(51)		
Impostos sobre o lucro		(89)	(619)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.407	34.018		
Juros pagos no período	13	(1.253)	(2.105)		
Impostos sobre o lucro pagos		(2.310)	(2.015)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		18.844	29.898		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	10	(6.374)	(5.283)		
Aquisição de intangível	10	-	(15)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.374)	(5.298)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos		(1.000)	(16.819)		
Pagamento arrendamento	17	(2.509)	(2.069)		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(8.396)	(8.910)		
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(11.905)	(27.798)		
Aumento/(redução) líquido de caixa		565	(3.198)		
Caixa no início do período		2.467	5.665		
Caixa no final do período		3.032	2.467		
Aumento/(redução) líquido de caixa		565	(3.198)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Contas a receber	5	12.198
Partes relacionadas	12	7.436
Ativo circulante	24.321	22.779

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo

	4.908	4.901
Curto prazo	3.285	20
Longo prazo	1.623	4.881

Passivo de restituição referente a primeiro ano de contrato do PROINFA, onde houve o faturamento sem a geração. Referente a 13,1 GWh ao preço atualizado em 2025 de R\$ 372.

16 Direito de uso e passivos de arrendamento
 Em 2025 a Companhia ainda continuou com estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16:

● No contrato de locação das pás carregadeiras, efetuado em agosto de 2022 junto a Armac, com previsão de 60 meses, utilizando da taxa de desconto de 8,61%;

● No contrato de locação dos veículos, efetuado junto a Movida, com previsão de 48 meses, efetuado em julho/23 e renovado para mais 12 meses, utilizando da taxa de desconto de 7,19%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.

● No contrato de locação dos computadores, efetuado junto a Lenovo, com previsão de 48 meses, efetuado em agosto/24, utilizando da taxa de desconto de 6,64%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.

	2025	2024
Direito de uso		
Maquinas	9.161	8.119
Veículos	142	142
Computadores	74	74
(-) Depreciação	<u>(5.586)</u>	<u>(3.606)</u>
Total	3.788	4.727
Passivo de arrendamento		
Arrendamento a pagar	4.563	5.899
(-) Encargos a apropriar	(316)	(535)
Total	4.247	5.364
Circulante	2.471	2.139
Não circulante	1.776	3.225

Mapa de movimentação de arrendamento
Direito de uso:

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2023	6.268	20
Custo	4.968	4.968
Depreciação	(414)	(414)
Aquisição	264	264
Depreciação do exercício (Nota 20/22)	<u>(1.826)</u>	<u>(1.826)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	4.728	4.728
Custo	9.334	9.334
Depreciação	(3.608)	(3.608)
Aquisição	1.042	1.042
Depreciação do exercício (Nota 20/22)	<u>(1.979)</u>	<u>(1.979)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	3.788	3.788
Custo	9.376	9.376
Depreciação	(5.587)	(5.587)

Passivo de arrendamento:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.691
Contratos de arrendamento	284
Pagamento de arrendamento	(2.069)
Encargos sobre arrendamento	459
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.365
Contratos de arrendamento	1.042
Pagamento de arrendamento	(2.509)
Encargos sobre arrendamento	349
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.247

17 Provisões

A Companhia tem uma ação de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. A Companhia é parte envolvida em processo tributário, em andamento e está discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial, com perda possível.

A natureza da provável perda pode ser sumariada a seguir:

- Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Reativa Excedente da base de cálculo do ICMS - Ambiente de Contratação Livre

	2025	2024
ICMS ST - TUSD	252	1.422
	<u>252</u>	<u>1.422</u>

A natureza da provável perda pode ser sumariada a seguir:

Em 2023, a Companhia tinha uma ação de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

A natureza da provável perda era sumariada da seguinte forma:

Contingência tributária: corresponde a R\$ 726 em 31 de dezembro de 2023 e consiste, unicamente, em Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Reativa Excedente da base de cálculo do ICMS - Ambiente de Contratação Livre.

18 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 20.247, totalmente subscrito e integralizado. O capital integralizado está dividido em 20.247.040 (vinte milhões, duzentos e quarenta e sete mil e quarenta) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2025	2024
Jalles Machado S.A.	8.099	8.099
Albioma Participações do Brasil Ltda	12.148	12.148
	<u>20.247</u>	<u>20.247</u>

(a) Reserva legal

Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Em 2024, a Companhia atingiu o limite de reserva legal e por isto não foi registrado a totalidade dos 5% em 2025.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 12.961, dos quais terão as seguintes destinações propostas:

Lucro líquido do exercício 2024	12.961
Dividendos obrigatórios a pagar	6.480
Reserva de lucros	6.480

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 10.176, dos quais terão as seguintes destinações propostas:

Lucro líquido do exercício 2025	10.176
Dividendos obrigatórios a pagar	5.088
Reserva de lucros	5.088

O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados no passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.

19 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	2025	2024
Ambiente de contratação regulada - ACR	50.070	47.762
Ambiente de contratação livre - ACL	372	193
PROINFA	5.036	8.605
CCEE	12.143	4.805
indenização	7.501	1.965
Faturamento de energia elétrica - terceiros	75.122	63.330
Ressarcimento energia	-	-
Faturamento líquido de desconto	75.122	63.330
Impostos e contribuições sobre o faturamento	<u>(2.742)</u>	<u>(2.312)</u>
	72.380	61.018

20 Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Depreciação	(8.886)	(8.510)
Serviços de terceiros (d)	(6.152)	(6.380)
Energia elétrica (c)	(27.613)	(12.949)
Gastos com pessoal	(6.761)	(6.231)
Insumos para manutenção e reparos (d)	(2.083)	(1.666)
Insumos para produção (a)	(1.224)	(706)
Tarifa de uso do sistema de distribuição (e)	(353)	(2.537)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(418)	(360)
Movimentação de Biomassa (b)	(835)	(798)
Ajustes de inventário	-	(75)
Outros custos	(481)	(240)
	<u>(54.808)</u>	<u>(40.452)</u>

(a) Custos de químicos e adicionalmente, para atender aos compromissos foi preciso a aquisição no mercado de bagaço para a produção.

(b) Custo de diesel para máquinas da operação.

(c) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 66,2 GWh (45,4 GWh em 2024). O restante da energia comprada se refere ao consumo próprio da Companhia.

(d) Serviços e materiais referentes a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contratados no período de entressafra, ao início de cada ano.

21 Despesas comerciais

	2025	2024
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL	(279)	(268)
Gestão e representação comercial	(92)	(95)
Outras despesas	(70)	(61)
	<u>(441)</u>	<u>(424)</u>

22 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas de Serviços Terceirizados	(1.555)	(1.488)
Despesas com seguros	(1.063)	(979)
Despesas tributárias	(461)	(388)
Despesas com utilidades	(156)	(129)
Depreciação e amortização	(128)	(64)
Despesas de Ocupação	(71)	(64)
Despesas com Veículos	(34)	(82)
Despesas com Veículos	(25)	(21)
Despesas não dedutíveis	(21)	-
Outras despesas operacionais	159	587
	<u>(3.355)</u>	<u>(2.627)</u>

23 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros s/ financiamento e empréstimos	(1.157)	(2.096)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(349)	(459)
Upfront Fees s/ financiamentos	(111)	(228)
Outras despesas	2	(117)
	<u>(1.615)</u>	<u>(2.900)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	318	621
Rendimentos judiciais	123	128
Outras receitas financeiras	1	-
	<u>442</u>	<u>749</u>
Resultado financeiro	(1.173)	(2.151)

24 Imposto de renda e contribuição social do período

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral. (Nota 31.10)

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas recebíveis (sistema caixa)	75.246	75.246	71.245	71.245
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	6.020	9.030	5.700	8.549
Receitas financeiras	474	474	781	781
Demais Receitas	-	603	603	603
Base de cálculo	6.494	9.504	7.083	9.933
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9%	10% e 15%	9%
Total de impostos correntes	1.723	928	1.749	895
Total de impostos diferidos	(145)	(79)	(157)	(84)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.578	849	1.592	811

25 Medidas de desempenho gerencial (Management Performance Measures – MPMs)

Em conformidade com o IFRS 18, emitido pelo International Accounting Standards Board, a Companhia divulga medidas de desempenho gerencial (MPMs), que são utilizadas pela Administração para monitorar e avaliar o desempenho financeiro e operacional de suas atividades.

As MPMs representam subtotais de receitas e despesas que não são especificados pelas normas IFRS e, portanto, podem não ser diretamente comparáveis com indicadores similares apresentados por outras companhias.

A Administração utiliza essas medidas como complemento às informações apresentadas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS.

As principais MPMs utilizadas pela Companhia são:

● **EBITDA:** definido como o lucro líquido do período ajustado por "Imposto de renda e contribuição social", "Resultado financeiro líquido" e "Depreciação e amortização"

● **EBITDA ajustado (quando aplicável)**

EBITDA acrescido ou excluído de itens considerados não recorrentes, não operacionais ou não representativos do desempenho recorrente da Companhia

Essas medidas são revisadas periodicamente pela Administração e refletem a forma como o desempenho do negócio é analisado internamente.

26 Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui 24 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2035, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA.

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
AMPLA	1.588
BANDEIRANTE	2.848
CEA	238
CEAL	747
CELG	270
CELPA	1.447
CELPE	1.542
CEMAR	1.512
CEMIG DISTRIB	3.102
CEPISA	817
ENERGISA NA	69
COELBA	4.620
COELCE	983
COESERN	522
OPFL SANTA CRUZ	199
ELETROPÁULO	30.259
ENERGISA BO	85
ENERGISA MG	121
ENERGISA MS	1.556
ENERGISA PB	885
ENERGISA SE	540
ENERGISA TO	326
ESCELSA	1.078
LIGHT	3.340
Total	58.695

A Companhia possui 7 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2040, no volume total de 75.336 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA.

Comprador	Quantidade/ ano (MWh)
CEA	20.199
CEAL	19.940
CEPISA	4.387
COELBA	7.976
COPEL DISTRIB	11.964
ELEKTRO	3.190
ESCELSA	7.680
Total	75.336

27 Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albioma, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Biomassa	Danos Materiais em Biomassa, incluindo Fermentação Própria/ Combustão Espontânea /Recomposição de Registros e Documentos	5.927
Maquinas	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/ Inundação e Desmoronamento Danos Materiais em Linhas de Transmissão/Bens do Segurado em Locais de Terceiros Roubo e Furto Qualificado de Bens/Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistro/Erros e Omissões Inclusões/ Exclusões de Bens/ Locais e Alteração de Valores	65.205 9.141 12.124 5.052
Predio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/Pequenas Obras de Engenharia para Ampliações, Reparos e Reformas Despesas Extraordinárias Desentulho/Despesas de Combate a Incêndio/Despesas de Descontaminação /Honorários de Peritos Impedimento de Acesso – limitado a 10 kms do local de risco Despesas de Agilização	4.378 5.052 8.419 2.694 5.052

28 Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.

29 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados,

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 28 Abril 2026, 17:45:06



Documento: ALBIOMA ESPLANADA - EDITAL DIGITAL - 29_04.Pdf

Número: 1462b66c-a3df-45bc-be01-fd42e514f233

Data da criação: 28 Abril 2026, 17:44:35

Hash do documento original (SHA256): 00fa1c6f33a396cb565d6ecc358fc87412af773fdeae7c746a680caf249bab2e



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1462b66c-a3df-45bc-be01-fd42e514f233, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 1462b66c-a3df-45bc-be01-fd42e514f233. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 28 Abril 2026, 17:45:06

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1462b66c-a3df-45bc-be01-fd42e514f233, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br